


Apresentação / *Presentation*


Reconhecimento e economia política

Recognition and political economy

Reconocimiento y economía política

 *Alessandro Pinzani*¹

 *Luiz Gustavo da Cunha de Souza*²

 *Rahel Jaeggi*³

Passada quase uma década da publicação de *O direito da liberdade* (Honneth, 2011), já é possível dizer que o livro de Axel Honneth gerou efeitos significativos no cenário filosófico e das ciências sociais. Dentre esses efeitos, um dos que mais instigou suas leitoras e seus leitores foi o ambicioso e polêmico retorno a um motivo central da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, mas que até então ocupava lugar pouco sistemático em sua obra: a economia política. Afastando-se do foco na gramática moral dos conflitos sociais, como em *Luta por reconhecimento* (Honneth, 2003), em *O direito da liberdade* o autor procura formular uma teoria da justiça a partir de uma “reconstrução normativa” dos princípios e valores que repousam na base das esferas de sociabilidade das sociedades modernas. Isso implica reconstruir também as normas que regem a vida e as interações econômicas modernas.

No tratamento dispensado por Honneth à análise do mercado repousa grande parte da originalidade de seu livro, mas ali também se concentraram várias das críticas recebidas (cf., p. e., os números especiais das revistas *Critical Horizons* e *Krisis*). É que ao aplicar o método da reconstrução de normas e ideais ao mercado, por um lado, Honneth finalmente atribui a essa esfera um lugar central na arquitetura da teoria do reconhecimento, mas o

¹ Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc, Florianópolis, SC, Brasil).

² Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc, Florianópolis, SC, Brasil).

³ Institut für Philosophie, Humboldt Universität zu Berlin (HU-Berlin, Berlin, Deutschland).



fez, por outro lado, buscando demonstrar que o mercado é uma esfera de ação eticamente arranjada – ao menos em seus fundamentos normativos. Essa tese, que incita numerosas críticas e considerações, está no centro das contribuições do presente número de *Civitas*. Os textos aqui reunidos no dossiê “Reconhecimento e economia política”, de diferentes modos ecoam a trilha aberta por Honneth ao trazer novamente para o centro das discussões na Teoria Crítica a questão da conceitualização do capitalismo, mas o fazem em conexão com a obra do próprio Honneth, assumindo também a centralidade do conceito de reconhecimento. Desta maneira, o que se apresenta às leitoras e leitores é uma tentativa de representar interlocuções críticas e outras mais próximas da perspectiva de Honneth, bem como trabalhos que, mesmo sem referência central à teoria do reconhecimento, discutem criticamente a caracterização do capitalismo contemporâneo ou da economia de modo mais geral. Assim, espera-se aumentar o interesse tanto em temas centrais para uma geração mais nova de teóricos críticos, como o reconhecimento, quanto em temas de permanente interesse para a crítica social, como a economia política – e sua crítica.

E é na atualização de um elemento central da primeira geração da Teoria Crítica que se inicia o dossiê, com a tradução de um texto de Rahel Jaeggi. Retomando uma intenção de Max Horkheimer, Jaeggi constrói um argumento a favor de um conceito ampliado de economia que opera em vários níveis: ao mesmo tempo em que crítica uma certa unidimensionalidade da Teoria Crítica de matriz habermasiana na separação muito rígida entre sistema e mundo da vida, que acaba por expurgar a compreensão das relações econômicas de qualquer viés normativo, a autora também se ocupa em investigar o que seria uma “ontologia social do econômico”. O resultado não é somente, como no título do artigo, *Um conceito ampliado de economia*, mas uma discussão sobre economia como uma forma de vida centrada em práticas sociais.

Também lidando com um os fundamentos conceituais do sistema econômico, Lisa Herzog, em *Teoria do reconhecimento e democracia econômica*, retoma a obra de Adam Smith a fim de ali encontrar traços de uma incipiente teoria do reconhecimento que, a despeito de não ter emergido ao *mainstream* da disciplina, mostrou-se forte o bastante para influenciar diferentes correntes da teoria econômica, seja por afinidade temática – como nas economia identitária ou da atenção – seja através de propostas políticas – como nos trabalhos de Joseph Carens e R. H. Tawney. Em cada um desses modelos, Herzog expõe duplamente o caráter limitado da teoria econômica que incorpora somente a visão do indivíduo egoísta e também o potencial democratizante de perspectivas econômicas baseadas no reconhecimento recíproco.

Já o texto de Alessandro Pinzani, *The new Milleniarism: On the end of the world and capitalism as we know it*, apresenta uma revisão bibliográfica e uma discussão a respeito das teses econômicas mais discutidas no presente que em muito supera os limites da teoria do reconhecimento e da Teoria Crítica de modo geral. O artigo de Pinzani, na melhor tradição da crítica da economia política, se bate com a literatura teórico-tradicional da economia, especialmente com aquelas análises de matriz neoliberal, e constrói um diagnóstico crítico de seus efeitos materiais sobre o meio ambiente e a própria possibilidade de reprodução material do sistema capitalista como o conhecemos hoje.

A partir do quarto artigo do dossiê, os textos deixam de lado a pretensão direta de teorizar o sistema econômico como um todo e se dedicam ao debate de aspectos da obra de autores relacionados à Teoria Crítica. Assim, em *Rethinking redistribution: Nancy Fraser e a economia política*, Enrico Bueno explora os trabalhos mais recentes de Fraser, nos quais a autora, após seu debate com Honneth a respeito do conceito de redistribuição, opera uma mudança em seu modelo, dando especial atenção à economia política, a fim de responder às críticas recebidas e reformular algumas de suas posições anteriores.

Nos artigos seguintes, o diálogo é com a obra de Honneth. *Liberdade social e socialização do mercado*, de autoria de Hannes Kuch, lida com o modelo econômico do mercado capitalista, mas desta vez de modo mais próximo à ideia honnethiana de liberdade social. Nesse sentido, Kuch reconstrói e analisa criticamente em que medida a concepção da liberdade social é capaz de responder aos riscos de um mercado capitalista desregulamentado. Seu argumento, que se baseia em uma distinção entre “eticização interna” e “eticização externa” do mercado – ambas alternativas melhores do que a mera submissão ao mercado desregulamentado –, avança uma crítica à liberdade social justamente ao identificar na necessidade de criticar as tendências internas ao mercado um ponto central da economia política crítica, mesmo quando essa assume elementos reconstitutivos próprios da teoria do reconhecimento.

A seguir, e seguindo na linha de críticas internas ao modelo de Honneth, Franciele Petry explora a apropriação de John Dewey realizada pelo autor em seu trabalho mais recente. No artigo *Socialismo, liberalismo e educação para a democracia: Honneth e Dewey em discussão*, a autora critica os limites da reformulação da doutrina socialista proposta por Honneth por meio de uma surpreendente inversão: ao invés de tomar como seu ponto de partida somente a leitura que Honneth faz de Dewey, Petry recorre à crítica interna que Dewey fizera ao liberalismo. O resultado é uma crítica ao mesmo tempo interna e comparativa à obra de Honneth, reforçada ainda pelo papel que a educação para a democracia desempenha como mecanismo político para Dewey.

Na sequência, o dossiê apresenta dois textos que se voltam para a elaboração – ou reelaboração – conceitual da ligação entre a teoria do reconhecimento e a economia política. Em *A Teoria Crítica entre Marx e Honneth*, Jean-Philippe Deranty reconstrói o antigo e tenso diálogo entre Honneth e a tradição marxista, expondo as críticas de ambos os lados às limitações do outro lado. Ao fazê-lo, porém, Deranty busca também encontrar caminhos que permitam uma reaproximação, particularmente ao ressaltar que na obra de Honneth a dimensão sócio-teórica típica do marxismo pode ser complementada por uma teoria normativa da ação através da interpretação de normas, como aquelas que regem o elemento central das sociedades capitalistas, a divisão social do trabalho. É este, aliás, também o tema do penúltimo artigo do dossiê, *Division of Labor in Durkheim, Marx and Honneth*, no qual Gustavo Cunha apresenta as interpretações de cada um desses autores sobre o fenômeno para indicar a possibilidade de uma economia política do reconhecimento.

Por fim, o dossiê é concluído com a tradução de *A moral n'O capital*, o artigo no qual Axel Honneth mais detalhadamente lida com o trabalho de Karl Marx desde os anos 1980. Ao contrário dos textos em que criticava o modelo de centralidade do trabalho em favor da centralidade do reconhecimento, aqui Honneth avalia alternativas interpretativas presentes na própria obra madura de Marx, em particular n'O *capital*, que se mostrariam ainda hoje frutíferas para a teoria social. Em sua visão das lutas sociais como interações interpretativas a respeito de normas de integração, Honneth propõe que o conflito de classes visto por Marx seja reinterpretado como uma luta moral na qual aspectos comunicativos têm mais peso do que os aspectos racional-finalistas, propondo, assim, um caminho para uma nova leitura normativa da obra de Marx.

Os organizadores agradecem às autoras e aos autores, editores de *Civitas* e desejam uma boa leitura.

Referências

CRITICAL Horizons, v. 16, n. 2, 2015.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. *Das Recht der Freiheit. Grundriß einer demokratischen Sittlichkeit*. Berlin: Suhrkamp, 2011.

KRISIS, v. 1, 2013.

Nota: Dados biográficos e endereço dos autores encontram-se nos seus respectivos artigos incluídos nesta edição.